

Saúde pública: o barato que sai caro

A convivência do homem com drogas que alteram estados de consciência é antiga, tanto que tem reflexos na organização da sociedade e na religião. O vinho é sagrado para os judeus e cristãos; o mescal tem função semelhante nos cultos nativos do Novo México e o próprio tabaco desempenhava papel em ritual tribal das pradarias. Coisas que parecem muito modernas não são tanto assim: os índios das montanhas de Santa Marta, na Colômbia, já fumavam uma mistura de cocaína com calcário muito antes de inventarem o "crack". Conforme a história, a tolerância em relação às drogas variou, desde permissividade razoável até proibição absoluta. A maior experiência moderna avaliável com restrição total foi a americana com a lei seca, através do "Volstead Act", e tornou-se claro que não adianta promulgar leis que não têm firme apoio na trama societária, tanto que a proibição acabou sendo revogada.

Toxicomania não é assunto para resolver num enfoque puramente médico

do que denominamos hoje crime organizado e afigura-se problemático saber se, no final das contas, causou benefício ou prejuízo como um todo. Baseados no fracasso do veto e dos sistemas de repressão, respeitados editorialistas do *The Economist* propuseram mudança global do enfoque, com legalização do uso das drogas atualmente clandestinas, como a morfina e a heroína. Assim, elas serão vendidas através do pagamento de impostos, havendo adequado controle de qualidade dos produtos, porque hoje o consumidor não sabe se o pó que está adquirindo contém o que o traficante garante; por exemplo, quanto à cocaína, giz, quinino, poeira de algumas pedras ou sabe Deus se algum componente químico.

Alguma coisa de útil derivou dela, pois as mortes por cirrose e os acidentes automobilísticos diminuíram durante sua vigência. Em compensação, segundo alguns criminalistas, ela propiciou a implantação, nos EUA,

Para evitar a disseminação da Aids e da hepatite B quicá os cartéis de Cali e Medellín decidirão vender dose única do tóxico em agulha e seringa estéreis; o preço do insumo é pequeno em relação ao da droga e, seguramente, isso vai refletir melhor imagem. Para nós, como infectologistas e não especializados em Sociologia, está incerto se a legalização redundará em melhor ou pior combate à Aids e se porventura essa experiência merecesse ocorrer. O que temos certeza é que persistir apenas nas teclas pertinentes à repressão e à educação moral-cívica não é apropriado, desde que não mostra resultados apreciáveis. Os tóxicos são consumidos em virtude do fato de muitos usuários procurarem neles respostas para as angústias que a sociedade lhes causa e ilustradas por desemprego ou oferta de bens que jamais poderão ser obtidos se o cidadão resolver partir somente para trabalho honesto. Um contexto mais justo, calcado em melhores oportunidades e equalitário no que tange ao oferecimento delas, ao lado da efetiva educação para todos, dependente não só da "papagai-

ção" de cartilhas ou textos autoritários, provavelmente conviverá com menos problemas atinentes às drogas. Dirão que isso é caro, complicado e laborioso. Pode ser, mas qual é o preço das endocardites, das Aids, das hepatites B e C, das overdoses em pronto-socorros, da marginalidade e da violência que derivam do tráfico?

Quem é profissional no âmbito das doenças transmissíveis com frequência tromba com temas sociológicos. Toxicomania não é assunto que possa ser resolvido num enfoque puramente médico e sim matéria social conectada com aspectos médicos. No tempo da ditadura, vários infectólogos eram conhecidos, pelos então donos do poder, como membros de ninho subversivo. Agora, ao que parece, fomos rebaixados a bando de chatos. E somos. Queremos sempre debater e avaliar tais questões desconfortáveis, sem no entanto por meio de pretensão de enfiar solução na goela da sociedade.

■ **Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak**
são médicos e professores universitários